

Ao Exmº Senhor Presidente do Tribunal de
Contas de MG. Senhores Conselheiros;
Autos
nº1119715
Ofício nº 3696/2023

O MUNICÍPIO DE ONÇA DE PITANGUI, através de seu representante legal GUMERCINDO PEREIRA; Prefeito da cidade de Onça de Pitangui-MG, e procuradora do Município, vem a Vossa Exª apresentar **DEFESA** em face dos apontamentos nos autos da representação do senhor Vereador **João Batista de Freitas**, nos seguintes termos:

O município recebeu a notificação, com o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa, acerca dos apontamentos realizados nos autos, com possíveis irregularidades de pagamento de quinquênios incidindo sobre subsídios de servidores ocupantes de cargos comissionados,

Senhores Conselheiros, os apontamentos realizados estão de acordo com os realizados pela administração atual, onde foi determinado pelo gestor **GUMERCINDO PEREIRA**, a suspensão imediata do pagamento do quinquênio aos secretários quando da ciência no início de seu mandato.

Foi demonstrado que os secretários anteriores, sempre recebiam o quinquênio, o que no caso **foi regularizado por este gestor**, que agiu em consonância com o entendimento deste tribunal, mesmo antes de qualquer denúncia ou notificação, tendo em vista que tomou conhecimento através do controle interno e jurídico da prefeitura da situação detectada naquele momento, tomando a medida necessária imediatamente, **portanto requer o afastamento da multa proposta pela coordenadoria de auditoria ao prefeito.**

Já o ministério público deste tribunal entendeu pela suposta irregularidade ocorrida e manifestou pela devolução dos valores recebidos pelos secretarios referente aos quinquênios nos três meses de recebimento, determinou ainda a apuração dos valores.

Ex^a o vereador denunciante, não levou ao conhecimento deste tribunal o recebimento indevido dos antigos secretários por ser cabo eleitoral e próximo ao ex prefeito derrotado nas urnas, que sempre manteve essa irregularidade durante todo os mandatos dele ou seja 08 anos, ressalta que o prefeito atual fez cessar essa irregularidade assim que tomou ciência da situação.

Insta salientar que o município foi notificado pelo Ministério Público estadual também proveniente a mesma denuncia protocolada neste tribunal, e apresentou a defesa, tendo sido concluído pelo Representante do Ministério Público estadual, que não houve má fé no recebimento e nem no pagamento, não satisfeito o denunciante entrou com recurso, que também foi negado pela Procuradora do conselho superior do Ministério Público, abaixo decisão

Notícia de Fato nº MPMG-0471.21.000270-8

Comarca: Pará de Minas

Promotora de Justiça: Juliana Maria Ribeiro da Fonseca

Data de instauração: 29.07.2021

Área de atuação: Patrimônio Público

Representante: João Batista Braga de Freitas

Representado: A apurar

Objeto: apurar notícia de irregularidade no pagamento de servidores efetivos do Município de Onça de Pitangui, consistente na incidência do benefício de quinquênio sobre a remuneração do cargo em comissão, em vez de ser sobre o vencimento do cargo efetivo.

DESPROVIMENTO DE RECURSO

Patrimônio Público. Município. Servidor público. Notícia de irregularidade no pagamento de remuneração. Constatação. Saneamento pela municipalidade. Indeferimento de instauração de procedimento investigatório. Interposição de recurso. Acolhimento dos argumentos expostos pela Promotora de Justiça. Enunciado nº 29 do CSMP. Desprovinimento.

Eminentes Conselheiros,

Cuida-se de notícia de fato registrada pela 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pará de Minas a partir de representação formulada pelo Vereador João Batista Braga de Freitas, noticiando irregularidade no pagamento de servidores efetivos do Município de Onça de Pitangui, consistente na incidência do benefício de quinquênio sobre a remuneração do cargo em comissão, em vez de ser sobre o vencimento do cargo efetivo (fls. 2/7).

A d. Promotora de Justiça Juliana Maria Ribeiro da Fonseca Salomão indeferiu a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório ao fundamento de que a

F. F. N.

irregularidade identificada no pagamento dos servidores decorreu de erro da própria Administração Municipal, que já providenciou o seu saneamento.

O Órgão de Execução pontuou que não é cabível a devolução dos valores recebidos indevidamente porque não se constatou participação ou má-fé dos servidores (fls. 9/9-v).

Inconformado, o representante interpôs o recurso de fls. 12/14, acompanhado dos documentos de fls. 15/19, repisando a irregularidade dos pagamentos efetuados e a necessidade de que os servidores restituam os valores recebidos em decorrência do erro da Administração.

A Promotora de Justiça oficiante manteve sua decisão e encaminhou os autos a este Conselho Superior (fl. 20).

Identificando a ausência de notificação do Município de Onça do Pitangui para a apresentação de contrarrazões, caso desejasse, determinei a conversão do julgamento em diligência (fls. 23/23-v).

Retornando os autos à origem, as contrarrazões foram apresentadas à fl. 28.

É o breve relatório.

Conheço do recurso, uma vez que atendidos os seus pressupostos de admissibilidade.

No entanto, analisando o expediente, entendo que as razões do inconformismo não merecem prosperar.

Conforme noticiado pelo ora recorrente, “o Controle interno da Prefeitura municipal verificou inconsistência na folha de pagamento de determinados servidores e solicitou a regularização imediata à responsável pelo setor de pessoal, que atendeu prontamente à solicitação da controladora”.

Portanto, nota-se que fora verificada, pela própria municipalidade, irregularidade na remuneração de alguns servidores, sendo efetuada a imediata correção.

Desse modo, conforme pontuou acertadamente o Órgão de Execução, os pagamentos calculados indevidamente ocorreram por erro do Município de Onça do Pitangui, sem comprovação nos autos de participação ou má-fé dos servidores, não havendo que se falar em devolução dos valores recebidos a maior.

Ademais, o referido ente municipal, afirmou, em suas contrarrazões, que o

F. F. N.

pagamento equivocado fora iniciado na gestão anterior.

Diante disso, inexistindo razão para a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório, a decisão prolatada deve ser confirmada.

Ante o exposto, valendo-me do disposto no Enunciado de Súmula nº 29, invoco os fundamentos exarados pelo Órgão de Execução e NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pelo representante, mantendo a decisão que indeferiu a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório, nos exatos termos da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3/2009.

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2022.



Andréa de Figueiredo Soares
Procuradora de Justiça
Conselheira-Relatora

Diante a decisão acima e entendimento do Ministério público estadual, e procuradora do conselho do MP, com fundamento no tema 531 do STJ, não houve má fe no recebimento dos valores pelos servidores públicos.

O Tema 531 do STJ abrange, ou não a devolução ao Erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público quando pagos indevidamente por erro operacional da Administração Pública.

Tese Firmada pelo STJ:

Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.

Anotações NUGEPNAC:

RRC de Origem (art. 1030, IV e art. 1036, §1º, do CPC/15).

Tese firmada no Tema Repetitivo n. 531/STJ: Quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

Portanto considerando está cristalino a boa fé dos servidores e do gestor, bem como entendimento do Ministério público estadual e procuradora do conselho do Ministério público, e considerando erro contínuo das administrações anteriores, conforme documentos anexo demonstrada boa fé dos servidores, é que a procuradoria do município não instaurou processo para fins de devolução de valores com base nos entendimentos acima expostos, dando por resolvido a situação junto ao controle interno.

Portanto requer dos senhores conselheiros que seja julgado improcedente a denúncia e;

Que sejam julgados **improcedentes** os pedidos de devolução de valores, instauração de processo administrativo e aplicação de multa ao prefeito atual.

Termos em que, peço juntada e deferimento.

Onça de Pitangui, 23 de março de 2023.

Janice Carvalho Alves de Santana

PROCURADORIA JURIDICA